

## **MATERNIDADE ADOLESCENTE: Um Olhar Crítico a Violência Obstétrica e suas Implicações**

**Mirela Vitória Silva Teixeira<sup>1</sup>  
Letícia Porto Coelho<sup>2</sup>  
Milena Silva Neves<sup>3</sup>**

**RESUMO:** A presente pesquisa tem como objetivo analisar os desafios da maternidade na adolescência, com ênfase na violência obstétrica sofrida por adolescentes e, conseqüentemente, os impactos físicos e psicológicos que são acarretados em decorrência dessa violência, sendo uma questão de saúde pública e da dignidade da mulher. Como método utilizado para o auxílio da pesquisa foi utilizado a metodologia de pesquisa bibliográfica com análise qualitativa, com auxílio de coleta de dados e análise legislativa, a fim de compreender a complexidade do tema. Através dos estudos realizados, foi possível obter como resultado que adolescentes, especialmente aquelas que possuem menor acesso à educação e informação, encontram-se em situação de maior vulnerabilidade à violação de seus direitos, em especial no que tange à dignidade e à saúde. Como resultado, constatou-se que a gravidez precoce é resultado de um conjunto de fatores sociais e falhas do sistema de saúde, além disso, a violência obstétrica enfrentada por essas jovens gera significativos prejuízos a sua integridade física e psicológica, configurando-se como uma questão de saúde pública e um desafio social que demanda maior atenção e intervenção, sendo necessário realizar reparos a fim de garantir que todas as jovens tenham acesso a um atendimento e acolhimento digno.

**Palavras-chave:** Adolescência; Violência Obstétrica; Impactos; Direitos.

**ABSTRACT:** The present research aims to analyze the challenges of motherhood in adolescence, with an emphasis on obstetric violence suffered by adolescents and, consequently, the physical and psychological impacts that are caused as a result of this violence, being a matter of public health and women's dignity. As a method used to aid the research, bibliographical research methodology with qualitative analysis was used, with the aid of data collection and legislative analysis, in order to understand the complexity of the topic. Through the studies carried out, it was possible to obtain the result that adolescents, especially those who have less access to education and information, are in a situation of greater vulnerability to the violation of their rights, especially with regard to dignity and health. As a result, it was found that early pregnancy is the result of a set of social factors and health system failures. Furthermore, the obstetric violence faced by these young women generates significant damage to their physical and psychological integrity, configuring itself as a It is a public health issue and a social challenge that demands greater attention and intervention, making repairs necessary to ensure that all young women have access to decent care and reception.

**Keywords:** Adolescence; Obstetric violence; Impacts; Rights.

### **INTRODUÇÃO**

A violência no parto é um problema sério que afeta mulheres de todas as idades, inclusive adolescentes. Desenvolveu-se a ideia de que a violência obstétrica é uma questão da

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela Faculdades Santo Agostinho (FASA). E-mail: mt484564@gmail.com.br

<sup>2</sup> Graduanda em Direito pela Faculdades Santo Agostinho (FASA). E-mail: leticiaporto131415@gmail.com.br

<sup>3</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* Vitória da Conquista, Bahia. E-mail: milena.sneves@outlook.com

saúde pública e da dignidade da mulher. Considerando que a adolescência se caracteriza como o período de crescimento entre a infância e a fase adulta, constituída por diversas transformações físicas e emocionais, o ato violento durante a gestação e, então, no momento do parto pode caracterizar ainda mais traumático.

Quando uma adolescente engravida, ela já enfrenta uma série de desafios mentais, físicos e sociais, e a violência no parto só piora a situação. Este tipo de violência ocorre quando mulheres grávidas são submetidas a práticas violentas, desrespeitosas, negligentes ou discriminatórias durante o trabalho de parto. (Shimidt, 2021).

Para mais, entender sobre os direitos reprodutivos é de extrema importância para a compreensão de como se ocasiona a violência obstétrica, especialmente para com as adolescentes. Assim, o acesso à informação de qualidade, para explorar esses direitos individuais se baseiam na implementação das ações direcionadas a saúde das adolescentes. (Shimidt, 2021).

Sob este viés, destaca-se a Constituição Federal de 1988 (CF/88), que assegura aos cidadãos o direito à saúde, igualdade e integridade física, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e impondo responsabilidades à sociedade, além de seus familiares ou do Estado (BRASIL, CF/1988).

De maneira geral, a gravidez precoce é resultado da desinformação sobre os métodos contraceptivos e a falta de conhecimento do próprio corpo. Apesar de ser uma questão vivenciada há anos, a realidade está apenas começando a ser reconhecida. Por isso, seria necessário um diagnóstico, com o intuito de entender as diferenças entre os comportamentos vivenciados pelas adolescentes de hoje, com ênfase nas diferenças socioeconômicas e nos fatores designados aos costumes da região (Cavasin; Arruda, 1999).

Nessa perspectiva, o presente estudo tem por objetivo apresentar uma breve análise didática sobre a violência obstétrica contra adolescentes, enfatizando que a gravidez precoce é resultado de um conjunto de fatores estruturais da sociedade e as principais falhas do sistema de saúde, a fim de garantir que todas as jovens tenham acesso a um atendimento de excelência, conforme estabelece o princípio da dignidade humana.

## **METODOLOGIA**

Com o intuito de alcançar os objetivos proposto neste estudo, foi adotada uma metodologia de abordagem de pesquisa bibliográfica com análise qualitativa. Nesse sentido, o desenvolvimento do estudo envolveu a coleta e a análise de dados documentais, bem como o

exame de legislações pertinentes, proporcionando uma base sólida para a compreensão da problemática abordada.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Através das pesquisas acerca da temática, é possível analisar que adolescentes podem ser particularmente mais vulneráveis à violência reprodutiva durante a adolescência porque lhes falta experiência e conhecimento sobre os direitos reprodutivos e muitas vezes não têm poder de decisão relativa aos cuidados médicos durante a gravidez e o parto.

Nesse ínterim, nota-se que a gravidez, especialmente até os 19 anos, pode implicar diretamente tanto na saúde das mães como na dos recém-nascidos, aumentando o risco para anomalias graves ou problemas congênitos. Dessa forma, analisando os dados apresentados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), além da condição socioeconômica desfavorável ser um fator consideravelmente influenciável, a probabilidade de mortes relacionadas a gravidez ou parto é duas vezes maior do que nas mulheres de 20 anos (Ministério da Saúde, 2022).

Além dos citados, a falta de informação durante os atendimentos e consultas médicas na gestação, podem aumentar o risco das complicações evitáveis da gravidez, puerpério ou do parto. Por isso, deve ser realizado um trabalho mais afetivo, de prevenção e que estimulem o cuidado com a saúde, considerando esta faixa etária (Trindade; Lopes, 2016).

Frente a essa situação, na maior parte das vezes as jovens grávidas buscam os serviços de saúde, o que deve ser abordado por parte dos profissionais o assunto sobre a sexualidade. (Trindade; Lopes, 2016).

Em virtude de serem adolescentes, estão particularmente propensas a sofrerem abusos, desrespeito, maus-tratos, incluindo a falta de confidencialidade, discriminação, negligência, falta de informações ou esclarecimentos, além do descaso ou exposição física desnecessária. Todas as ações citadas, são possíveis abusos sofridos por aquelas jovens que procuram um atendimento durante a gestação.

Outrossim, vale enfatizar que tais violências podem ser negligenciadas tanto por profissionais da saúde como do sistema como um todo. (Shimidt, 2021).

Ademais, de acordo com a Carta Magna, são direitos sociais e fundamentais das gestantes a proteção à infância e à maternidade, segundo o art.6º. Isso significa que mesmo sendo adolescentes, tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (art 4º do ECA) como a CF (art.227), diz que é dever da família e do Estado assegurar a efetivação dos direitos referentes a vida, saúde, educação, dignidade e outros mais. (Gomes; Ribeiro, 2024).

Por este motivo, é válido o destaque sobre a importância da efetivação dos direitos das jovens mulheres que passam a ser mães, a fim de que tomem conhecimento dos serviços e atendimentos ofertados pelo SUS, como consultas de pré-natal e do parto humanizado. Dessa forma, deve ser promovido a conscientização e informação sobre as mudanças do corpo feminino e sobre os seus respectivos direitos, considerado a sua situação atual, fortalecendo assim, espaços de socialização. (Fonseca, 2023).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade deste trabalho consistiu em expor os desafios e obstáculos enfrentados por jovens grávidas devido à violência obstétrica e os impactos físicos e psicológicos decorrentes da situação, uma vez que os seus direitos, que deveriam ser protegidos por lei, não estão devidamente garantidos.

Mediante as discussões apresentadas sobre a violência obstétrica, identificou-se que, apesar dos direitos das gestantes estarem evidentemente estabelecidos em Leis, ainda existem milhares de relatos sobre a desvalorização do gênero, submissão e culturas estereotipadas (Trindade; Lopes, 2016).

Assim, a mudança a partir das políticas públicas são essenciais, mas para a efetivação do ideário social, os profissionais da saúde em especial, devem rever a forma de organização das práticas obstétricas na maternidade brasileira. Para isso, é necessários o debate e a conscientização da caracterização sobre o conceito desses maus-tratos e da educação sexual, garantindo assim, um ambiente de parto seguro para as jovens. (Shimidt, 2021).

Portanto, é evidente a necessidade de garantir que as adolescentes tenham acesso a informações precisas sobre seus direitos através de assistência jurídica destinadas a proteger os direitos constitucionais destas jovens, assegurando-lhes acesso à informação e a devida atenção dos serviços essenciais, em uma rede estruturada de forma mais eficiente (Shimidt, 2021).

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 22 nov. 2024.

CAVASIN, Sylvia; ARRUDA, Silvani. *Gravidez na adolescência: desejo ou subversão?* Boletim n. 2. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/156\\_04PGM2.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/156_04PGM2.pdf). Acesso em: 22 nov. 2024.

FONSECA, E. N. R.; FONSECA. *Os impactos em gestante adolescente vítima de violência obstétrica*. 2023. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia,

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. DOI: 10.11606/T.47.2023.tde-07122023-173929. Acesso em: 1 maio 2024.

GOMES, Bruna; RIBEIRO, Crystal. Questões legais: como a lei enxerga a adolescente grávida e quais seus direitos. *E agora? A nova realidade de adolescentes grávidas*. Disponível em: <https://webjornalismo.unicap.br/eagora/site/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Ministério da Saúde apresenta ações para prevenção da gravidez na adolescência*. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-da-saude-apresenta-acoes-para-prevencao-da-gravidez-na-adolescencia>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SCHMIDT, Marieli. *Violência obstétrica contra adolescentes: em debate suas causas e formas de manifestação*. 2021. p. 32. Monografia (Especialização em Políticas de Atenção a Crianças e Adolescentes em Situação de Violência) – Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, São Borja, 2021.

TRINDADE, R. C.; LOPES, I. M. S. *Gravidez na adolescência: riscos à saúde da mãe e do bebê e o impacto socioeconômico*. UNASUS, 2016. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/24067/1/Rodrigo%20Trindade%2016.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2024.